



VERBOS DEPOENTES NO LATIM: RELAÇÃO ENTRE MARCAS MORFOLÓGICAS E ESTRUTURA ARGUMENTAL¹

LATIN DEPONENT VERBS:
THE RELATION BETWEEN MORPHOLOGICAL MARKINGS
AND ARGUMENT STRUCTURE

Lydsson Agostinho Gonçalves²
Universidade Federal de Juiz de Fora
Paula Roberta Gabbai Armelin³
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Este trabalho, desenvolvido no âmbito da Morfologia Distribuída (HALLE E MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), investiga a formação dos verbos depoentes do latim. Esses verbos comportam-se sintaticamente como ativos, mas fazem uso de morfologia idêntica à da voz passiva. Considerando que essa morfologia também é vista em outros contextos não ativos, algo que ocorre em muitas línguas, propomos uma estrutura sintática que contém um núcleo *Voice* médio, nos termos de Alexiadou (2013), cuja posição de especificador deve permanecer vazia. No caso dos depoentes intransitivos, propomos que o único argumento pertence ao núcleo categorizador *v* e faz *Agree* (CHOMSKY, 2001) com T para ganhar caso nominativo. Nos transitivos, por sua vez, um núcleo funcional (chamado de P) introduz ambos os argumentos; seu argumento interno recebe caso e papel temático localmente, mas o externo só pode receber papel temático de P, recebendo nominativo via *Agree* com T, por estar mais alto na estrutura.

Palavras-Chave: Verbos depoentes; Estrutura argumental; Morfologia Distribuída.

¹ Agradecemos aos participantes do IV Colóquio Brasileiro de Morfologia pelos valiosos comentários e também aos pareceristas anônimos pelas importantes contribuições.

² Endereço eletrônico: lydsson.goncalves@gmail.com.

³ Endereço eletrônico: paula.rg.armelin@gmail.com.

Abstract: This paper is developed under the scope of the Distributed Morphology (HALLE AND MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997) framework and investigates the formation of Latin deponent verbs. These verbs behave syntactically as active, but make use of the same morphology as the passive voice. Considering that this morphological marking is also seen in other non-active contexts, something that occurs in several languages, we propose a syntactic structure containing a middle Voice head, in line with Alexiadou (2013), whose specifier position must remain empty. In the case of intransitive deponents, their only argument belongs to the *v* categorizer and establishes an Agree (CHOMSKY, 2001) relation with T in order to receive nominative case. For the transitive deponents, a functional head (named P) introduces both arguments; its internal argument receives case and theta role locally, but its external argument can only receive the theta role assigned by P, establishing Agree with T in order to get nominative case, as it is the higher one in the structure.

Keywords: Deponent verbs; Argument structure; Distributed Morphology.

INTRODUÇÃO

Os verbos depoentes latinos oferecem um fértil campo de pesquisa para as teorias de gramática. Morfologicamente, eles compõem uma classe única, que só aparece na língua na voz passiva, muito embora funcionem sintaticamente como ativos, com sujeito nominativo e, muitas vezes, objeto acusativo, além de expressarem sentidos comumente associados à voz ativa. Verbos nessa categoria incluem, por exemplo, *sequor* (“seguir”), *hortor* (“exortar”) e *utor* (“usar”)⁴. O termo “depoente” faz referência à ideia de que esses verbos, de alguma forma, abandonaram, ou “depuseram”, sua versão ativa em favor da passiva (cf. FARIA, 1958, p. 158). Os exemplos em (1) abaixo ilustram a diferença entre verbos regulares e depoentes:

(1)

a. (...) *sed me ipse inertiae nequitiae condemno*.⁵ – verbo regular, voz ativa
 (“mas eu mesmo já me acusar de omissão e indolência”)

b. (...) *nondum adducor ut faciam*.⁶ – verbo regular, voz passiva
 (“ainda não sou levado a fazer isso.”)

c. (...) *sin tu, quod te iam dudum hortor, exieris (...)*⁷ – verbo depoente
 (“mas se tu, como já há algum tempo exorto, partires”)

⁴ Neste trabalho, seguiremos a convenção clássica de usar a primeira pessoa do singular no presente do indicativo como forma de citação dos verbos latinos, em vez do infinitivo, como em português.

⁵ CÍCERO, *In Catilinam*, I.1.

⁶ CÍCERO, *In Catilinam*, I.4.

⁷ CÍCERO, *In Catilinam*, I.12.

Os verbos em destaque estão todos conjugados na mesma pessoa, tempo e modo (1ª pessoa do singular do presente do indicativo). O que se observa, portanto, é que, embora *adducor* e *hortor* compartilhem de uma mesma identidade morfológica (o *-r* final, em oposição à ausência de morfema de voz na versão ativa), sua interpretação é diferente. *Adducor* não pode ser lido como “levo”, mas sim como “sou levado”. Por sua vez, *hortor* não permite a leitura de “sou exortado”, mas somente de “exorto”. Ademais, *hortor* ainda possui um objeto direto, *te*, o qual recebe caso acusativo.

Esse comportamento é frequentemente abordado na literatura como um caso de *mismatch* (BAERMAN, 2007; WEISSER, 2012), ou seja, um desencontro entre o que um elemento deveria fazer e o que realmente faz na língua. No caso dos depoentes, em geral, se considera que seria um *mismatch* entre forma e função ou entre forma e sentido. Isso significaria dizer, porém, que há, de certo modo, uma “falha” no sistema linguístico. Apesar das variedades de formalizações que esse *mismatch* recebeu na literatura, essa ideia relega a classe dos depoentes, quase sempre, à excepcionalidade, sem, contudo, encontrar um padrão, o que, em termos teóricos, não parece ser suficientemente explicativo.

No entanto, não é apenas o latim que possui verbos depoentes, já que o mesmo fenômeno é atestado em grego (antigo e moderno), sânscrito e norueguês, entre outras línguas. Especificamente no caso da língua grega, por exemplo, um estudo recente de Zombolou & Alexiadou (2013) revelou que os depoentes compõem 20% do repertório verbal da língua. Além disso, segundo os autores, tais verbos parecem ser produtivos, já que 13% deles não existiam no grego antigo. Tomando como pressuposto que o que chamamos de “verbos depoentes” entre as línguas refere-se minimamente ao mesmo fenômeno, a presença significativa dessa classe de verbos e sua capacidade produtiva no grego parecem indicar que há um sistema capaz de gerá-los, e não um *mismatch* excepcional.

Dessa maneira, neste trabalho, procuramos desenvolver uma estrutura sintática capaz de abranger a formação dos verbos depoentes latinos. Para tanto, valemo-nos do quadro teórico da Morfologia Distribuída (HALLE E MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), um modelo de formação de palavras não lexicalista, que unifica em um mesmo componente, a sintaxe, todos os processos gerativos da língua. Desse modo, as palavras estão sujeitas às mesmas relações hierárquicas e processos que as sentenças, ao invés de serem fornecidas por um léxico de funcionamento particular. Essa perspectiva parece vantajosa para

analisar os verbos depoentes, pois, uma vez que eles são identificados por um morfema de passiva, faz-se necessário olhar para dentro da estrutura da própria palavra para compreender de fato suas propriedades. Nesse sentido, o quadro abre perspectiva para a investigação das interações entre a estrutura da palavra e da sentença.

A maioria dos estudos sobre verbos depoentes desenvolvidos sob essa abordagem teórica recorre a traços arbitrários (EMBICK, 2000; WEISSER, 2012; entre outros). Grosso modo, esse tipo de abordagem sugere que, em algum momento da derivação, um traço ou conjunto de traços associado inerentemente a algum elemento presente na estrutura sintática (seja o núcleo verbal, uma raiz ou base) “força” o sistema a incorporar a morfologia passiva, independentemente da sintaxe. Há duas grandes motivações para recorrer a essa ferramenta: por um lado, muitos autores não conseguem identificar uma unidade semântica nos verbos depoentes (DRAEGER, 1878; MEILLET, 1996; entre outros); por outro, sintaticamente eles não parecem diferir em nada dos transitivos padrão. Nessa perspectiva, Embick (2000)⁸, por exemplo, justifica a presença de um traço formal arbitrário na raiz afirmando que:

Logo, não há razão para suspeitar que a sintaxe aqui é qualquer coisa que não a encontrada nos transitivos normais. Especificamente, não há razão para supor que esses verbos na verdade são “secretamente passivos”, ou seja, que envolvem operações sintáticas relacionadas a passivização. Não há, ademais, razão baseada em semântica lexical para tratar certos depoentes transitivos como qualquer coisa que não transitivos normais (EMBICK, 2000, p. 193)⁹.

Estabelecer uma motivação para a forma morfológica desses verbos não é tarefa simples; entretanto, forçar um comportamento com traços arbitrários em última análise não difere muito de uma abordagem lexicalista. Com isso em mente, buscamos uma alternativa de análise para esse fenômeno.

Nessa perspectiva, Alexiadou (2013) oferece uma maneira de unificar os depoentes sob uma mesma identidade, com base na observação de que, muitas

⁸ Para identificação do traço formal e para detalhes do funcionamento desse traço no sistema proposto em Embick (2000), confira a seção 3 deste artigo.

⁹ No original, “There is thus no reason to suspect that the syntax here is anything other than that found with normal transitives. Specifically, there is no reason to suppose that these verbs are really ‘covertly passive,’ that is, that they involve syntactic operations related to passivization. There is, moreover, no reason based on lexical semantics to treat certain transitive deponents as anything other than normal transitives”. Tradução nossa.

vezes, a morfologia passiva acumula funções em uma mesma língua, funcionando, por exemplo, como marca de reciprocidade, reflexividade, impessoalidade e/ ou anticausatividade.

Para Alexiadou (2013), os depoentes realmente não são ativos sintaticamente, mas tampouco são passivos; são algo intermediário. Nesse sentido, sua proposta envolve um núcleo *Voice* médio, ao qual esses verbos estariam afiliados. Sua proposta, desenvolvida com base na língua grega, oferece uma visão interessante para motivar de maneira mais robusta o funcionamento dos depoentes. Por essa razão, a tomamos como ponto de partida para análise da mesma classe verbal na língua latina. Dessa mesma maneira, recorreremos ao levantamento de Xu et al. (2007) para verificar se os sentidos expressos pelos depoentes gregos são compatíveis com os latinos e, com base nisso, desenvolvemos uma proposta de estrutura para tais verbos, explicitando a necessidade de ajustes à análise de Alexiadou (2013), motivadas tanto por diferenças empíricas, como por questionamentos teóricos.

Mais especificamente, propomos que os depoentes estão associados a um núcleo *Voice* médio cuja posição de especificador deve, obrigatoriamente, ficar vazia. Na estrutura dos depoentes intransitivos, propomos que o único argumento, o interno, é introduzido pelo categorizador *v*, recebe caso nominativo via *Agree* com T e se move para T para satisfazer o EPP. Já na estrutura dos transitivos, propomos que os dois argumentos presentes na estrutura são introduzidos por um núcleo funcional P. O argumento interno de P recebe caso e papel- θ localmente, enquanto o externo, por sua vez, pode receber papel- θ localmente (do verbo), mas não caso, fazendo-o via *Agree* com T e depois se movendo para satisfazer o EPP. A posição de especificador de *Voice* fica, então, vazia, o que acaba por gerar a entrada de morfologia passiva.

Para tanto, este artigo está dividido da seguinte maneira: na seção 1 é apresentado o fenômeno da depoência, com uma breve discussão acerca da sua caracterização clássica pelas gramáticas de latim; na seção 2, revisamos o modelo teórico no qual o trabalho foi desenvolvido, a Morfologia Distribuída, motivando sua escolha e abordando conceitos-chave que serão necessários para a análise que propomos neste artigo; na seção 3, percorremos algumas análises prévias para o fenômeno encontradas na literatura, apontando suas contribuições e questionando pontos que nos parecem problemáticos; na seção 4, apresentamos nossa proposta de derivação para os verbos depoentes latinos; por fim, o trabalho se encerra com algumas considerações finais.

1 VERBOS DEPOENTES: UMA BREVE DISCUSSÃO

Ernesto Faria (1958, p. 158) define os verbos depoentes da seguinte maneira: “por haverem deposto ou abandonado a forma ativa, quanto ao significado são verdadeiramente ativos”. É uma visão compartilhada quase unanimemente pelos gramáticos latinos e totalmente baseada no entendimento clássico a respeito do funcionamento deles. A ideia de “ativo” e “passivo” também segue uma definição clássica:

Na voz ativa a ação indicada pelo verbo é praticada pelo sujeito: a forma verbal *lego*, em português “leio”, indica que a ação de ler é praticada pelo sujeito. Na voz passiva a ação indicada pelo verbo já não é praticada, mas sofrida pelo sujeito: a forma verbal *legor*, em português “sou lido”, indica que a ação verbal é sofrida pelo sujeito e não praticada por ele (*sic*) (FARIA, 1958, p. 157).

Os verbos latinos regulares, como *amo* (“amar”), portanto, podem ter sua ação praticada ou sofrida pelo elemento que aparece como sujeito da sentença, o que corresponde à voz ativa e passiva, respectivamente. Morfologicamente, as duas vozes são quase idênticas, a não ser por um morfema *-r* que aparece em todas as pessoas na passiva, exceto a segunda do plural¹⁰. A diferença entre elas pode ser vista no exemplo abaixo, que apresenta a conjugação desse verbo no presente do indicativo:

(2) *amo* (“amar”) – presente do indicativo

a. voz ativa

amo (“eu amo”)

amas (“tu amas”)

amat (“ele ama”)

amamus (“nós amamos”)

amatis (“vós amais”)

amant (“eles amam”)

b. voz passiva

amor (“eu sou amado”)

amaris (“tu és amado”)

amatur (“ele é amado”)

amamur (“nós somos amados”)

amamini (“vós sois amados”)

amantur (“eles são amados”)

Os verbos depoentes, por sua vez, são, em princípio, verbos que só possuem o paradigma passivo, embora interprete-se que o seu sujeito realiza a ação. Abaixo, a conjugação de *sequor* (“seguir”) no presente do indicativo:

¹⁰ Referimo-nos aqui especificamente aos dados apresentados como exemplos, que se enquadram no *infectum*; para os verbos no *perfectum* a voz passiva se realiza fonologicamente de outra maneira, embora derivada pelos mesmos mecanismos.

(3) *sequor* (“seguir”) – presente do indicativo
sequor (“eu sigo”)
sequeris (“tu segues”)
sequitur (“ele segue”)
sequimur (“nós seguimos”)
sequimini (“vós seguis”)
sequuntur (“eles seguem”)

Como se pode observar, a conjugação de *sequor* é idêntica à de *amo* na voz passiva, embora o sujeito pratique a ação descrita pelo verbo. Além disso, é impossível conjugar esse verbo seguindo o paradigma que *amo* usa na voz ativa.

O comportamento de *sequor* é, sem dúvida, curioso; entretanto, a definição clássica de depoente parece insuficiente para explicar o que realmente se vê na língua: nem sempre o sujeito de um depoente é praticante da ação, como no caso do verbo *morior* (“morrer”). Nesse caso, pode-se questionar chamá-lo de depoente; o verbo realmente “abandonou” a voz ativa ou não há, de fato, atividade envolvida? De todo modo, é evidente que *morior* e *sequor* não são exatamente iguais. Em outras palavras, uma proposta para explicar o comportamento dos verbos depoentes deve levar em conta que o critério clássico não é teoricamente motivado.

Considerando, então, que a definição clássica dada para os verbos depoentes nas gramáticas tradicionais é funcional e baseada em concepções teoricamente rasas, é preciso buscar uma maneira mais objetiva de descrever o fenômeno. Uma das definições recentes mais difundidas para o que chamamos “depoência” foi dada por Baerman (2007):

Depoência é um mismatch entre forma e função. Considerando que há uma oposição morfológica formal entre ativa e passiva, que é a realização normal da oposição funcional correspondente, depoentes são um conjunto lexicalmente especificado de verbos cujas formas passivas funcionam como ativas. A função normal não está mais disponível. (BAERMAN, 2007, p. 1).¹¹

¹¹ No original, “Deponency is a mismatch between form and function. Given that there is a formal morphological opposition between active and passive that is the normal realization of the corresponding functional opposition, deponents are a lexically-specified set of verbs whose passive forms function as actives. The normal function is no longer available.” Tradução nossa.

Essa definição parece representar muito do que se pensa a respeito dos verbos depoentes em termos teóricos: em geral são vistos como casos de *mismatch*, uma “falha no sistema”, na qual um elemento faz o papel de algo normalmente reservado a outro. Nesse caso, a forma passiva faz o que a ativa deveria fazer¹². Ela também revela outra ideia recorrente sobre o fenômeno: é algo lexicalmente especificado, já que aparentemente não há motivação para sua ocorrência.

Neste trabalho, tentamos propor uma possível sistematização que seja capaz de explicar a realização morfológica desses verbos. Para tal, fazemos uso de um modelo teórico que nos permite olhar a fundo para a própria formação das palavras: a Morfologia Distribuída, que apresentamos brevemente na próxima seção.

2 MODELO TEÓRICO: A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

Introduzida por Halle e Marantz em 1993, a Morfologia Distribuída (doravante MD) é uma proposta sintática de formação de palavras. Mais especificamente, ao rejeitar o léxico como sistema gerador de estruturas complexas, o modelo propõe que as palavras se formariam por meio de relações hierárquicas estabelecidas na própria sintaxe. O paralelo básico por trás da hipótese é o seguinte: as palavras são unidades complexas formadas pela organização de unidades menores. Essa mesma definição também é válida para o domínio das sentenças. Parece, segundo o modelo, então, desnecessário que o sistema linguístico possua mais de um lugar (léxico e sintaxe) para fazer gerar estruturas complexas, sendo mais interessantes uni-los em um único componente, a sintaxe.

Sendo a MD uma teoria de base gerativa, ela adota muitos dos pressupostos teóricos e metodológicos dessa corrente teórica, inclusive o tradicional modelo de gramática em Y invertido. Dessa forma, o que de fato a diferencia de outros modelos são três características principais, que serão retomadas ao longo deste trabalho. A primeira delas, já mencionada anteriormente, é a *estrutura sintática em toda a derivação*, ou seja, todos os objetos complexos, de palavras a sentenças, são construídos na sintaxe. Em lugar de um léxico carregado de informações, o modelo propõe um componente conhecido

¹² A ideia de depoência como um *mismatch* levou o termo a ser expandido para abranger não só os verbos depoentes clássicos, mas também outros fenômenos (cf. Müller, 2013).

como *lista 1*, no qual são armazenados apenas os primitivos necessários para o funcionamento da sintaxe.

A segunda propriedade que caracteriza o modelo da MD é a *inserção tardia de fonologia*. Isso significa que não há traços fonológicos presentes da derivação antes do momento em que a estrutura é encaminhada para a interface de PF. Há basicamente duas razões empíricas para postular tal ideia: (i) esse tipo de informação parece ser irrelevante para a sintaxe, de modo que as operações sintáticas não são reguladas por traços fonológicos; (ii) há, nas línguas do mundo, exemplos de dissociação entre traços sintáticos e representação fonológica, como as alomorfas e os sincretismos. Nesse sentido, há, no modelo, um componente chamado de *lista 2*, ou Vocabulário, que armazena as peças fonológicas e seus contextos sintáticos de inserção. A operação de Inserção de Vocabulário é, então, responsável por atribuir fonologia aos nós sintáticos gerados pela sintaxe.

A terceira propriedade central da MD é a subespecificação dos itens de vocabulário. Nesse sentido, a Inserção de Vocabulário na MD é regulada pelo Princípio do *Subconjunto* (HALLE, 1997), que se caracteriza por postular que o item de vocabulário a ser inserido será o mais especificado em relação aos traços presentes no nó sintático. Em outras palavras, não necessariamente todos os traços precisam estar presentes no item de vocabulário, que pode conter apenas um subconjunto deles. No entanto, na competição entre as peças, o item que contiver a maior quantidade de traços correspondentes será escolhido. Essa propriedade da MD será especialmente importante para a análise de verbos depoentes desenvolvida neste trabalho¹³. Antes, porém, apresentamos, na próxima seção, uma discussão a respeito dos tratamentos existentes na literatura para os verbos depoentes.

3 TRATAMENTOS PARA A DEPOÊNCIA NA LITERATURA

Existem muitas propostas diferentes para tratar os verbos depoentes na literatura, em diversos modelos teóricos. De maneira geral, a maioria deles, porém, se assemelha em um quesito: oferece uma análise que submete a realização dessa classe a algo que acontece “à força”, independentemente dos processos ou princípios sintáticos envolvidos. No caso específico da MD, isso

¹³ A MD ainda possui uma *lista 3*, conhecida como Enciclopédia, não mencionada nesta revisão, a qual lida com conhecimento de mundo, ou seja, com informações de natureza extralinguística.

significa dizer que tais verbos se manifestam na língua como resultado da presença de traços formais arbitrários presentes inerentemente em algum elemento da derivação¹⁴.

Dentre essas abordagens que recorrem a traços arbitrários, a de Embick (2000) é uma das mais salientes na literatura. Seu trabalho, na verdade, é uma tentativa de sistematização da voz passiva latina em geral, pois ela apresenta uma peculiaridade em relação à ativa: nos tempos relacionados ao *infectum* (“imperfeito”), a voz passiva é realizada de forma sintética, enquanto nos do *perfectum* (“perfeito”), aparece uma forma analítica, composta de verbo auxiliar (*esse* / “ser”) e particípio passado.

A visão de Embick (2000) dispensa os rótulos de categoria, que é construída na sintaxe. O que definiria um verbo, nesse caso, seria um contexto sintático em que uma raiz aparece concatenada aos núcleos *v*, Asp e T, os quais se unem, posteriormente, via movimento, gerando um núcleo complexo, fonologicamente traduzida como uma forma sintética. A hipótese envolve ainda a existência de um traço formal que o autor denomina [pass], cuja presença em *v* bloqueia a entrada do argumento externo e gera uma sintaxe passiva. Na análise do autor, se o traço [pass] aparecer, no entanto, numa estrutura que também contém um traço [perf], tal movimento é bloqueado e o resultado é uma forma analítica.

Naturalmente, essa proposta encontra problemas nos verbos depoentes, cuja “forma passiva” não está sujeita à ausência de argumento externo. A solução encontrada por Embick (2000) é colocar o traço [pass], alternativamente, na raiz desses verbos. Nesse caso, ele não afeta o funcionamento de *v* (admitirá a entrada de argumento externo e atribuição de caso acusativo ao interno), mas, como estará presente no complexo $\sqrt{-v}$ de todo modo, este ficará impedido de se combinar com T quando Asp contendo [perf] entrar em cena. Ainda segundo o autor, a presença do traço [pass] arbitrário acarreta efeitos na sintaxe. Quando esse traço está na raiz, para que ele seja acessado pela sintaxe, a raiz que o carrega não poderia, para Embick (2000), estar sujeita à *inserção tardia*, sendo necessário que sofra uma *inserção precoce*¹⁵.

¹⁴ Por questões de espaço, nos limitaremos, no âmbito deste artigo, a revisar propostas desenvolvidas no quadro da Morfologia Distribuída.

¹⁵ A proposta de Embick (2000) constitui-se, dentro do modelo da MD, como um dos argumentos mais conhecidos em favor da *inserção precoce* das raízes. A discussão *inserção tardia versus inserção precoce* de raízes é um importante lugar de debate no modelo. Como tal discussão é ortogonal à proposta aqui desenvolvida, remetemos o leitor a Haugen e Siddiq (2013).

Por sua vez, Weisser (2012) apresenta uma visão muito próxima da de Embick (2000). Sua proposta é uma estrutura que busca unificar depoentes e inacusativos, os quais ele vê como essencialmente “dois lados de uma mesma moeda”: enquanto os depoentes têm forma passiva e sentido ativo, os inacusativos têm forma ativa e sentido passivo. Para dar conta dessa relação, em vez de um único traço [pass], ele apresenta um par de traços, [+ativo] e [-ativo]. Nesse sistema, os depoentes viriam inerentemente especificados como [-ativo] e os inacusativos como [+ativo], garantindo uma forma ou outra em detrimento do seu comportamento sintático.

Ao contrário da proposta de Embick (2000), a de Weisser (2012), por sua vez, não prevê que esses traços sejam lidos pela sintaxe, dispensando assim a *inserção precoce*. Isso porque, para Weisser (2012), as diferentes realizações do paradigma (sintético ou analítico) nada têm a ver com a estrutura sintática, mas sim com como a língua expressa foneticamente suas diferentes construções. Assim, não há um efeito de bloqueio de movimento quando [-ativo] está presente; a língua simplesmente especificou uma forma analítica para a combinação [-ativo] em contexto de [perf].

Embora isso seja um efeito desejável do ponto de vista empírico, há uma consequência teórica importante de se ressaltar: na análise de Weisser (2012) há um traço arbitrário na raiz, que é carregado em toda a derivação, e que não tem nenhum efeito sintático. Para o modelo da MD, isso não parece ser muito atraente, já que a tentativa é otimizar o processo computacional: se determinado traço não desempenha efetivamente um papel na sintaxe, então, não há motivação para que ele apareça no componente sintático. Por outro lado, dentro da lógica da proposta de Weisser (2012), não haveria como garantir a forma passiva (ou ativa, no caso dos inacusativos) de outra maneira.

Paralelamente, embora a ideia de estabelecer uma relação entre inacusativos e depoentes à primeira vista pareça promissora, também faz algumas previsões que precisam ser discutidas. A mais imediata, obviamente, é a de que é impossível um verbo ser depoente e inacusativo ao mesmo tempo, o que não parece verdadeiro; o exemplo mencionado acima, *morior*, é claramente um inacusativo, embora também seja considerado um depoente no latim. O próprio autor reconhece a possível falha dessa previsão, mas escolhe não explorá-la a fundo¹⁶.

¹⁶ Ressaltamos que há margem para interpretar *morior* não como um depoente, mas sim um verbo verdadeiramente passivo, como discutido anteriormente. Nesse caso, não haveria

Há várias outras abordagens desse mesmo tipo, como a de Xu et al. (2007) e a de Lavidas et al. (2007), por exemplo (ambas também desenvolvidas no quadro da MD), as quais não abordaremos aqui, posto que funcionam basicamente da mesma maneira.

Afora as questões específicas a cada proposta e passíveis de discussão, apontamos como um problema comum a todas as propostas desse tipo o fato de elas necessariamente incluírem um traço arbitrário na raiz, o que faz com que a análise se aproxime significativamente de uma proposta lexicalista, embora tenham sido elaboradas no modelo da MD. No geral, elas dizem basicamente a mesma coisa: um verbo é depoente porque vem assim especificado, seja no léxico (hipótese lexicalista), seja na Lista 1 (MD). Dessa maneira, nada motiva, do ponto de vista da adequação explicativa, a presença de morfologia passiva.

A fragilidade desse tipo de análise é ressaltada pelo fato de que não se considera um dado importante: a morfologia “passiva” do latim não é usada em apenas um contexto; esse conjunto de desinências é sincrético e aparece não só na voz passiva canônica, mas também em construções de impessoalidade, reflexividade e reciprocidade, entre outras. Abaixo demonstramos usos da voz “passiva” em contextos específicos:

(4) morfologia passiva em outros contextos

a. *Abditur Orion* (“Órion se esconde”)¹⁷ – reflexivo

b. (...) *crura usque dum rumpantur* (“até que as pernas se quebrem”)¹⁸ – anticausativo

É importante mencionar que nenhum dos verbos acima (*abdo* / “esconder” e *rumpo* / “quebrar”) é depoente; ambos existem em forma ativa transitiva. Entretanto, nenhum usa um pronome reflexivo para fazer as construções acima, como fazemos em português. A morfologia passiva parece se justificar, no primeiro caso, pelo sujeito, embora agente, também ser (ao menos semanticamente) paciente da ação e, no segundo, pelo sujeito claramente sofrer a ação, ainda que ela ocorra de modo espontâneo.

contradição na proposta de Weisser (2012). Todavia, como o autor usa o termo “depoente” indiscriminadamente, assumimos aqui que se refere a todos os verbos considerados como tal pela tradição.

¹⁷ CÍCERO, *Arat. Phaenom*, 462, 26, *apud* PINZIN, 2015.

¹⁸ VARRÃO, *Rus.*, III, 9, 3, *apud* PINZIN, 2015.

Esse uso “alternativo” da morfologia passiva não é algo raro ou ocasional; mesmo as gramáticas tradicionais reconhecem essa possibilidade. O próprio Ernesto Faria (1958, p.157), admite que:

Pode também a voz passiva em latim corresponder à nossa voz médio-reflexiva, indicando que a ação verbal não é somente sofrida pelo sujeito, mas também praticada por êle (*sic*): *uehor*, em português, “transporto-me”. Pode ainda representar um impessoal em *-r*: *uiuitur*, em português “vive-se”.

Conte et al. (2006, p. 171) chegam a falar em uma voz média em latim, que serve para expressar processos que se voltam para o sujeito. Eles afirmam que os depoentes possuem uma “origem medial”, já que muitos deles indicam “um estado de espírito ou operação intelectual que se volta inteiramente para o próprio sujeito (...) ou mesmo uma ação que se desdobra em interesse do sujeito”¹⁹. Nesse sentido, a única diferença entre um depoente e um verbo na voz média seria que esta pressupõe a existência de uma ativa, enquanto o depoente não. De toda maneira, fica claro que essa chamada “voz média” é foneticamente idêntica à passiva.

Alexiadou & Doron (2012) observam que esse acúmulo de funções por uma mesma morfologia, tradicionalmente chamada de passiva ou média, não é uma exclusividade do latim: o mesmo pode ser observado em muitas línguas, clássicas e modernas, como grego, acadiano e sírio. Por outro lado, existem algumas línguas, como o inglês, o alemão e o islandês, em que a voz passiva jamais apresenta esse sincretismo. Isso levou as autoras a concluir que existe uma diferença fundamental em como o sistema de vozes pode funcionar nas línguas e a propor um parâmetro para regular essa variação.

A proposta desenvolvida em Alexiadou (2013), funciona da seguinte maneira: toda língua teria a seu dispor um núcleo *Voice* ativo, responsável por introduzir um argumento externo agentivo (nos termos de Kratzer, 1996). Além disso, as línguas também teriam acesso a um núcleo *Voice* não ativo, que seria responsável, então, por gerar outras estruturas, de acordo com sua natureza. Mais especificamente, na abordagem de Alexiadou & Doron (2012) o núcleo *Voice* não ativo se divide em dois subtipos, “passivo” e “médio”, cuja disponibilidade estaria sujeita a uma variação paramétrica.

¹⁹ No original, “uno stato d’animo o un’operazione intellettuale che si svolge tutta all’interno del soggetto (...) o comunque un’azione che si svolge nell’interesse del soggetto”. Tradução nossa.

O núcleo *Voice* passivo (PassP), encontrado nas línguas em que não há acúmulo de funções da forma passiva, entra na derivação após a inserção do núcleo *Voice* ativo. Isso significa, em outras palavras, que, quando o núcleo *Voice* passivo entra na estrutura, uma fase (CHOMSKY, 2000; 2001) anterior da derivação já foi enviada para *spell-out* quando da sua entrada²⁰. Com isso, não há possibilidade de mudança de sentido: a única coisa que esse núcleo faz é reorganizar sintaticamente a disposição dos elementos. É por isso que, em línguas como o inglês, a voz passiva é tão regular e tão previsível (todo verbo transitivo admite a alternância de voz, e sempre com o mesmo resultado: o argumento interno se torna sujeito e o externo, se desejado, pode ser usado como agente).

O núcleo *Voice* médio, por outro lado, entra na derivação no lugar do ativo. Isso significa que é a sua presença que fecha uma fase. Devido a isso, o sentido da estrutura com a qual ele interage pode ser negociado e emergir com mais de uma interpretação, a depender da natureza da raiz e/ ou dos traços presentes abaixo dele. Em termos de MD, isso é o mesmo que dizer que esse núcleo é subespecificado quanto à interpretação. Línguas como o latim e o grego teriam ao seu dispor esse núcleo, e, por isso, sua morfologia “passiva” pode ser interpretada de diversas maneiras.

Vale mencionar que o sincretismo entre construções não-ativas²¹ não ocorre apenas nas línguas que possuem esse núcleo, mas também nas que utilizam o núcleo *Voice* passivo. A diferença é que, devido à sua ausência, tais línguas se valem de outras ferramentas para isso. No caso das línguas românicas, por exemplo, as partículas “se” podem expressar reflexividade, impessoalidade ou anticausatividade, entre outros. A passividade, porém, é mais especificada, e se manifesta com outra estrutura (verbo auxiliar e particípio)²².

²⁰ Para evitar confusão terminológica com o núcleo *v* categorizador da MD, as funções do *v* minimalista de Chomsky (2000; 2001) são desempenhadas aqui pelo núcleo *Voice*, responsável por introduzir tematicamente o argumento externo e por fornecer caso acusativo para o argumento interno.

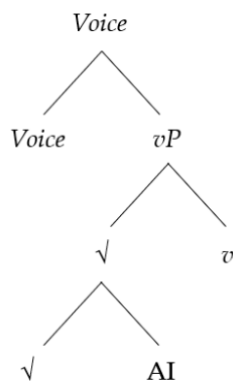
²¹ Usamos o termo “construções não ativas” como um termo geral para as construções que não são consideradas ativas canônicas, mas também não são passivas canônicas, como as de anticausatividade e reflexividade.

²² Vale observar que algumas línguas, como o português, a partícula “se” também é usada para a formação de passivas sintéticas. Não entraremos aqui nos detalhes dessa formação, mas esse tipo de passiva possui propriedades de impessoalidade que a diferem da passiva analítica. Para uma discussão mais abrangente, cf. Lazzarini-Cyrino, 2015.

Com o núcleo *Voice* médio, Alexiadou (2013) explica a aparente disparidade semântica do conjunto que chamamos de “verbos depoentes”. Na proposta da autora, tais verbos se agrupariam sob uma ideia maior em termos do funcionamento do núcleo *Voice*. Em outras palavras, não haveria *mismatch*: tais verbos usam a forma adequada reservada pela língua para esses sentidos. A proposta foi desenvolvida especificamente para o grego moderno, com base no estudo prévio de Zombolou e Alexiadou (2013), um levantamento minucioso dos verbos depoentes presentes na língua. Segundo os autores, todos os depoentes intransitivos dessa língua são reflexivos, recíprocos, anticausativos, cognitivos ou estativos, sendo relativamente fácil interpretá-los como não ativos canônicos.

Dessa maneira, a implementação formal de Alexiadou (2013) para estrutura sintática dos verbos depoentes que possuem apenas um argumento é a seguinte: a própria raiz do verbo seria responsável por introduzir esse único argumento que, posteriormente, se torna o sujeito sintático, com caso nominativo. Abaixo, a estrutura de um depoente intransitivo em Alexiadou (2013):

(5) Estrutura de um depoente intransitivo em Alexiadou (2013)²³:



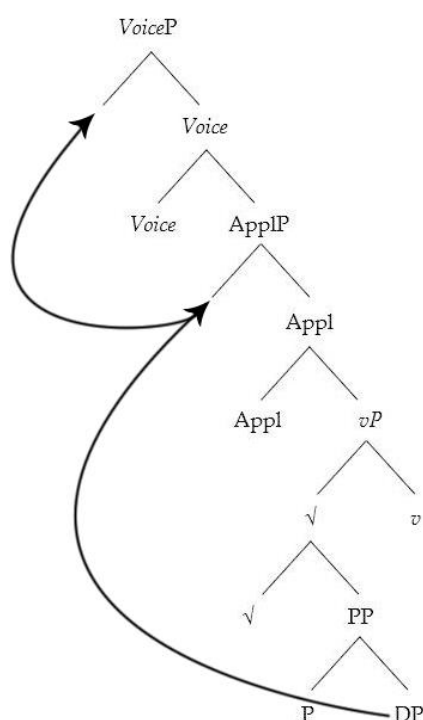
Por outro lado, o verdadeiro desafio para essa abordagem é o funcionamento dos depoentes transitivos. Isso porque a estrutura delineada acima só possui espaço para um argumento, o que dificulta a acomodação desse grupo, que apresenta, no entanto, dois argumentos. Semanticamente, porém, seu comportamento continua motivado. Segundo Alexiadou (2013), é possível interpretar um grau de autobenefactividade em todos os depoentes gregos, isto

²³ Como a autora não fornece a estrutura dos depoentes intransitivos (limitando-se aos transitivos), esta é uma reconstrução com base no nosso entendimento do texto.

é, o sujeito realiza uma ação sobre outro que, porém, tem como verdadeiro alvo a si próprio (ou, mais especificamente, seu próprio benefício). Como o núcleo *Voice* (ativo) é responsável por introduzir argumentos agentes e, como *agente* e *autobenefactivo* são papéis temáticos diferentes (PESETSKY, 1995; KRATZER, 1996), faz-se necessária a presença do núcleo *Voice* não ativo.

Seguindo Pyllkkänen (2008), Alexiadou (2013) propõe que um argumento benefactivo deve ser introduzido por um núcleo ApplP, localizado abaixo de *Voice*. Ele entra primeiramente na estrutura como um PP argumento da raiz, cujo DP em seguida se move para ApplP, onde recebe a interpretação de benefactivo. A preposição não movida até então se incorpora ao núcleo *v-Voice* para atribuir caso acusativo ao objeto (posto que, sem um argumento externo, *v* não poderia fazê-lo por si mesmo, devido à Generalização de Burzio). O argumento benefactivo então se move para a posição de especificador de *Voice*, o que torna o núcleo ativo. A mudança de estatuto é motivada pela interpretação parcialmente agentiva do sujeito (“age em benefício próprio”). A seguir, a estrutura de um depoente transitivo:

(6) Estrutura de um depoente transitivo em Alexiadou (2013)²⁴:



²⁴ A estrutura que apresentamos aqui é uma reconstrução levemente ampliada da de Alexiadou (2013), abrindo algumas posições que a autora simplifica. Fizemos essas alterações por considerá-las importantes para a compreensão da derivação.

O sistema de Alexiadou (2013), embora bastante fundamentado, levanta algumas complicações, especialmente para acomodar os depoentes transitivos. Os mecanismos usados, como a incorporação de P ao complexo *v-Voice* e a mudança do estatuto de *Voice* não são explorados a fundo pela autora, o que leva a questionamentos importantes. Um deles diz respeito ao fato de que o especificador de *Voice* preenchido é comumente relacionado (i) à disponibilidade de papel temático nessa posição, o que causaria um acúmulo deles no sujeito (agente e benefactivo, recebido previamente no núcleo ApplP) e (ii) à atribuição de caso pelo *v*, o que não ocorre nessa estrutura, já que o objeto o recebe de uma preposição incorporada. Se o núcleo vai se tornar ativo e, com isso, será capaz de atribuir papel temático, seria de se esperar que também atribísse caso acusativo ao objeto, tornando esse passo desnecessário.

Embora discordemos de alguns pontos presentes na estrutura desenvolvida por Alexiadou (2013), sua proposta envolvendo núcleos *Voice* distintos nos parece mais interessante do ponto de vista teórico, uma vez que busca capturar o comportamento dos depoentes sem recorrer a mecanismos arbitrários. Com isso em mente, e considerando as diferenças entre latim e grego, desenvolvemos uma nova proposta para aquela língua a partir da estrutura vista acima.

4 UMA PROPOSTA PARA OS DEPOENTES LATINOS

Para explorar a proposta de Alexiadou (2013) no que diz respeito aos depoentes latinos, primeiro precisamos verificar se as duas línguas de fato apresentam fenômenos com algumas semelhanças. Nesse sentido, é válido ressaltar que o estudo desenvolvido por Xu et al. (2007) para os depoentes latinos encontrou resultados compatíveis com os de Alexiadou (2013). Assim, uma importante observação feita pelos autores é que um grande número dos depoentes latinos é anticausativo ou reflexivo e, quando transitivo, tende a expressar ações cujo objeto não é afetado diretamente pelo sujeito, o que os coloca como fortes candidatos a serem não ativos canônicos²⁵. Além disso, como já observado, a língua latina claramente apresenta um acúmulo de funções na morfologia passiva. Considerando esses fatores, parece-nos apropriado

²⁵ Trabalhamos aqui, como Xu et. Al (2007), com a definição de verbo ativo canônico de Hopper e Thompson (1980), que submete a categoria a um nível máximo de transitividade, ou “transferência” direta de uma ação de um sujeito para um paciente.

explorar a ideia de existência de um núcleo *Voice* médio, tal como proposto por Alexiadou (2013).

No entanto, antes mesmo de entrar a fundo na estrutura dos depoentes latinos, devemos ressaltar um posicionamento teórico adotado neste trabalho. A discussão sobre a natureza das raízes é longa e extrapola o escopo do artigo, mas nossa postura é esvaziar ao máximo seu conteúdo, por considerar que tal abordagem seja mais adequada aos princípios gerais da MD. Uma estrutura na qual uma raiz toma um argumento implica dizer que ela deve ser especificada, de alguma maneira, para desempenhar esse comportamento, isto é, há uma informação sintática – estrutura argumental – presente num componente pré-sintático, pesando a derivação sem que se faça uso dela. Sendo assim, uma das características da nossa proposta é que fazemos uso de núcleos categorizadores nos moldes da MD: uma raiz vem sem informação sintática alguma, ligando-se a categorizadores específicos, o que desbloqueia ou não posições argumentais, a depender do tipo de categorizador.

Outro ponto fundamental no qual discordamos de Alexiadou (2013) é que, em nossa análise, o núcleo *Voice* médio jamais abre a posição de especificador. Adotamos essa postura por considerarmos problemática a mudança do estatuto de *Voice* proposta em Alexiadou (2013), como discutido na seção anterior. Assim, argumentamos que a marca de “passiva” (no caso do latim, o morfema *-r*) não é o expoente fonológico de uma categoria de voz, mas sim uma peça inserida quando uma estrutura que contém *Voice* não possui argumento externo. A especificação fonológica proposta por nós pode ser sistematizada da seguinte maneira:

$$(7) \textit{Voice} / [-\textit{arg.ext.}] \leftrightarrow -r$$

Estabelecidos esses pressupostos, propomos a seguinte estrutura básica para um verbo regular (voz ativa):

- (i) uma raiz se liga a um núcleo categorizador *v*, o qual introduz o argumento interno, quando ele existe;
- (ii) o complexo $\sqrt{-v}$ se liga a um núcleo de *Voice*, que introduz o argumento externo (agente)²⁶.

²⁶ Não desenvolveremos aqui a estrutura para além do nível *Voice*, mas admitimos, como Embick (2000), que um verbo precisará ainda, minimamente, dos núcleos Asp e T.

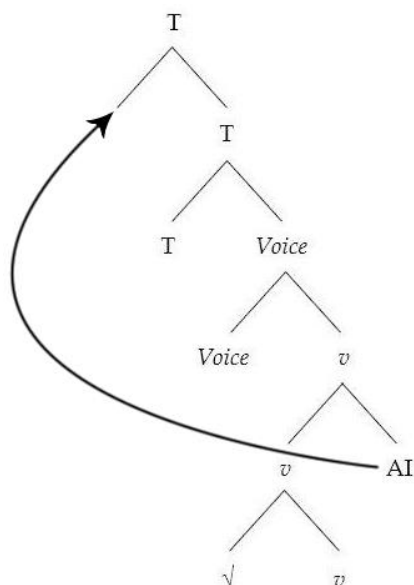
Para a voz passiva, como em Alexiadou (2013), um núcleo específico é inserido na estrutura. Nas línguas em que o núcleo médio não está disponível, quando há a necessidade de formar uma ativa não canônica (reflexiva, recíproca, anticausativa etc.), um elemento que carrega essa interpretação é introduzido na posição de argumento externo, o que garante o uso exclusivo da passiva (no caso do português, esse elemento é a partícula “se”)²⁷.

Em latim e demais línguas nas quais o núcleo médio está disponível, os sentidos não ativos se agruparão sob ele. A estrutura é essencialmente a mesma:

- (i) a raiz se liga a um núcleo categorizador *v*, o qual introduz o argumento interno;
- (ii) (ii) o complexo \sqrt{v} se liga a um núcleo *Voice* médio, que não pode introduzir argumento.

Desse modo, a estrutura proposta por nós para um verbo depoente intransitivo é próxima da de Alexiadou (2013), dadas as diferenças conceituais básicas: a raiz se liga a um núcleo categorizador *v*, o qual introduz o argumento interno. Este então estabelece *agree* com T para receber caso nominativo e se move para especificador de T para satisfazer o EPP. A posição de especificador de *Voice* fica vazia, o que garante a entrada de morfologia passiva. O esquema pode ser visualizado abaixo:

(8) estrutura de um depoente intransitivo



²⁷ O sistema é mais complexo que isso, mas extrapola os objetivos deste trabalho. Por ora, basta estabelecer que tais sentidos podem ser expressos nas línguas de outras maneiras sem violar as regras básicas.

É nos transitivos que nossa proposta se afasta substancialmente da análise de Alexiadou (2013). Como elaborado previamente, criticamos os processos de incorporação e mudança de estatuto de *Voice* estabelecidos pela autora, tanto pelas suas consequências pouco exploradas, mas potencialmente desfavoráveis, quanto por os considerarmos uma complicação excessiva da sintaxe. Procuramos uma solução mais econômica, posto que assim ela seria mais adequada em termos teóricos.

Além disso, como definido anteriormente, em nossa análise, para que a morfologia passiva se manifeste na língua, é necessária uma estrutura cujo núcleo *Voice* não tenha o seu especificador preenchido. Dessa maneira, não é lícito mover qualquer elemento para essa posição. Outro componente que pretendemos eliminar é o núcleo AppIP, posto que, ao menos nos depoentes latinos, parece difícil categorizar o sujeito como sendo sempre um autobenefactivo (*sequor* / “seguir”, por exemplo, não parece carregar essa interpretação).

Existe apenas uma posição argumental na estrutura delineada por nós até então, que é a disponibilizada pelo categorizador *v*, introdutor do argumento interno. No entanto, nos depoentes há dois argumentos a serem inseridos. Uma possibilidade seria o segundo argumento como um adjunto; outra seria tratar todos os depoentes como bitransitivos. A primeira hipótese parece não ser interessante, dada a necessidade desse elemento para a boa formação da estrutura, ou seja, não se trata de um elemento opcional. A segunda alternativa, por sua vez, teria como possível consequência um dos argumentos ficar sem caso. Propomos, então, que os dois argumentos que aparecem nos depoentes transitivos são, na verdade, introduzidos na posição liberada pelo categorizador *v* por meio de um núcleo funcional, o qual chamaremos de *P*, responsável por estabelecer a relação entre argumento interno e externo.

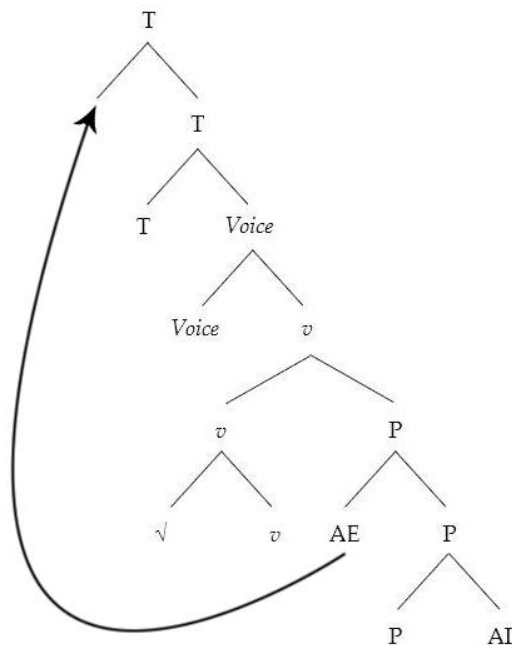
O núcleo funcional *P* funciona, no nosso sistema, basicamente como um elemento preposicional, sendo capaz de atribuir caso ao seu argumento interno. O argumento externo, por sua vez, precisa satisfazer essas necessidades por outro meio. Propomos que tal elemento recebe caso através de *Agree* com o núcleo *T*. A motivação para usar esse núcleo genérico em vez de um núcleo mais específico, como o AppIP, é que, com ele, podemos dar conta das

diferentes interpretações geradas nessas posições. Dessa maneira, basicamente, o rótulo P é uma sigla genérica para abarcar diferentes relações funcionais.

Dessa mesma maneira, outra razão para motivar a entrada de ambos os argumentos por meio de um mesmo núcleo vem de uma observação importante feita por Xu et. Al (2007): parece haver uma relação de “dupla afetação” entre o sujeito e o objeto na maioria dos depoentes latinos, isto é, a ação do sujeito não é totalmente espontânea: ocorre em função de um comportamento específico no objeto, o qual motiva sua ação (que, por sua vez, às vezes se volta novamente para ele como benefício). Manter ambos os argumentos em um mesmo nível sintático nos permite estabelecer uma relação direta entre os dois.

Introduzidos os argumentos, a derivação prossegue da seguinte maneira: o argumento interno de P recebe caso e papel temático localmente; o argumento externo pode receber papel temático de *v*, mas não caso. Como é o elemento mais alto na estrutura, é facilmente elegível para *Agree* com T, recebendo assim caso nominativo e em seguida subindo para T para satisfazer o EPP, sem jamais passar pela posição de especificador de *Voice*, como estabelecido previamente. Abaixo, uma representação dessa estrutura:

(9) estrutura de um depoente transitivo



As diferentes interpretações que os argumentos podem vir a receber variarão a depender da natureza do verbo e do núcleo P; como, porém, ambos

são capazes de atribuir diferentes papéis temáticos, o sistema pode funcionar sem precisar recorrer a mecanismos ou projeções adicionais. Com isso, acreditamos ter apresentado uma estrutura sintaticamente leve que, ainda assim, é capaz de acomodar os verbos depoentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos investigar as propriedades dos verbos depoentes latinos com o intuito de propor uma estrutura sintática capaz de gerá-los na língua, atentando para a adequação teórica e explicativa, sem, no entanto, precisar tratá-los como casos anômalos. A MD, por tratar a formação de palavras e sentenças no mesmo componente, parecer ter o potencial de fornecer um aparato teórico capaz de gerar uma análise desse tipo. Vimos, porém, que a literatura desenvolvida nesse quadro teórico para tratar os verbos depoentes geralmente recorre a traços arbitrários para explicar seu comportamento, o que, em última análise, não difere muito de abordagens lexicalistas. Por essa razão, buscamos um tratamento diferente para lidar com a questão.

Mais especificamente, a proposta de Alexiadou (2013), que envolve a existência de um núcleo *Voice* médio em línguas como grego e latim, foi tomada como ponto de partida, posto que ela é capaz de explicar o sincretismo da voz passiva com outros tipos de construção. Todavia, a estrutura de Alexiadou (2013) não é totalmente compatível com os pressupostos teóricos que adotamos, sendo necessário fazer alguns ajustes. Por fim, chegamos a uma proposta, que faz uso do núcleo apresentado por Alexiadou (2013), mas que difere da sua em determinados pontos, especialmente no que tange aos depoentes transitivos.

Os depoentes intransitivos possuem apenas um argumento, que, após ser introduzido na estrutura pelo núcleo categorizador *v*, recebe caso nominativo via *Agree* com T e se move para satisfazer o EPP. Os transitivos, por sua vez, têm ambos os argumentos introduzidos por um núcleo P selecionado pelo *v*; seu argumento externo faz, então, *Agree* com T e se move para satisfazer o EPP. Em ambos os casos, uma característica crucial é manter a posição de especificador de *Voice* vazia, o que garante a entrada da morfologia passiva como resultado direto da estrutura sintática.

Concluimos que é possível analisar os verbos depoentes como construções verdadeiramente lícitas na língua, que não envolvem nenhum *mismatch*. O trabalho, porém, não está concluído: nossa análise tem

desdobramentos sobre outros tipos de verbos, como os inacusativos, que se manifestam na língua com a morfologia ativa, muito embora aparentemente carregar um sentido passivo. Além disso, o comportamento das formas não finitas dos depoentes não é tão regular quanto se esperaria, sendo necessário analisar mais a fundo sua formação. A estrutura básica delineada aqui, porém, abre caminho para o estudo desses e de outros fenômenos.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, Artemis; DORON, Edit. The syntactic construction of two non-active voices: passive and middle. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 48, n. 1, p. 1-34, mar. 2012.
- ALEXIADOU, Artemis. Where is non-active morphology. In: *20th International Conference on Head-Driven Phrase Structure Grammar*, 2013, Freie Universität Berlin. *Proceedings of the 20th conference on Head-driven phrase structure grammar*. Berlin, CSLI Publications, p. 244-262, ago. 2013.
- BAERMAN, Matthew. Morphological Typology of Deponency. In: BAERMAN, Matthew; CORBET, Greville G.; & HIPPISEY, Andrew (eds.). *Deponency and Morphological Mismatches*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 1–19.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: The framework (MITOPL 15). In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan; KEYSER, Samuel Jay (eds.). *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2000, p. 89-155.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: KENSTOWICS, Michael (ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001, p. 1-52.
- CONTE, Gian Biagio; BERTI, Emanuele; MARIOTTI, Michela. *La sintassi del latino*. Roma: Mondadori Education, 2006.
- DRAEGER, Anton. *Historische Syntax der lateinischen Sprache*. Leipzig: B. G. Teubner, 1878.
- EMBICK, David. Features, syntax, and categories in the Latin Perfect. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass, v. 31, n.2, 185-230, 1 sem. 2000.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- Halle, Morris (1997). Distributed morphology: Impoverishment and fission. In: BRUENING, B., KANG, Y., MCGINN, M. (eds). *MIT Working Papers in Linguistics 30: Papers at the Interface*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1997, p. 425–449.
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and Pieces of Inflection. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (eds.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1993, p. 111-176.

-
- HAUGEN, Jason D.; SIDDIQI, Daniel. Roots and the derivation. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass, v. 44, n. 3, 493-517, 2 sem. 2013.
- KRATZER, Angelika. Severing the external argument from its verb. In: ZARING, Laurie Ann; ROORYCK, Johan (eds.). *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Springer, 1996, p. 109-137.
- LAVIDAS, Nikolaos; PAPANGELI, Dimitra. Deponency in the Diachrony of Greek. In: BAERMAN, Matthew; CORBET, Greville G.; & HIPPISEY, Andrew (eds.). *Deponency and Morphological Mismatches*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- MARANTZ, Alec. No Escape from Syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own Lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, v. 4, n. 2, p.221-225, 1997.
- MEILLET, Antoine. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1966.
- MÜLLER, Gereon. Approaches to deponency. *Language and linguistics compass*, v. 7, n. 6, p. 351-369, jun. 2013.
- PESETSKY, David. *Zero syntax*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.
- PYLKKÄNEN, Liina. *Introducing arguments*, Cambridge, Mass: MIT Press, 2008.
- WEISSER, Philipp. Mismatch Verbs: A Unified Account of Unaccusatives and Deponents. Ms., Universität Leipzig. In: *15th International Morphology Meeting*, Viena, 2012. *Morphology and Meaning: Selected Papers from the 15th International Morphology Meeting*. Amsterdam: Benjamins, 2012.
- XU, Zheng; ARONOFF, Mark; ANSHEN, Frank. Deponency in Latin. *Proceedings of the British Academy*, v. 145. Oxford: Oxford University Press Inc., 2007, p 127-144.
- ZOMBOLOU, Katerina; ALEXIADOU, Artemis. The canonical function of the deponent verbs in Modern Greek. In: *15th International Morphology Meeting*, Viena, 2012. *Morphology and Meaning: Selected Papers from the 15th International Morphology Meeting*. Amsterdam: Benjamins, 2012, p. 331-344, 2012.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 25 de setembro de 2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 26 de janeiro de 2019.